

## Executivo Milton Ribeiro foi cobrado até pela base aliada por gravação

# Ministro é pressionado a explicar gabinete paralelo

Raphael Di Curto, Marcelo Ribeiro, Vandson Lima, Renan Truffi e Matheus Schuch  
De Brasília

Gravado admitindo dar prioridade a liberação de recursos por intermediação de pastores sem ligação com o governo, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, foi cobrado até pela base aliada no Congresso a dar explicações e deve ser convocado pela Comissão de Educação do Senado. O caso o desgastou até com parte da bancada evangélica, que deu sustentação a sua escolha no cargo.

Ribeiro foi flagrado em áudio divulgado pelo jornal "Folha de S. Paulo" afirmando que favorece, a pedido do presidente Jair Bolsonaro, a liberação de obras intermediadas por dois pastores que, sem terem cargo na pasta, atuam em um esquema informal de obtenção de recursos. Em troca das verbas, o ministro diz na gravação que "o apoio que pedimos não é segredo". "É apoio sobre construção das igrejas."

O presidente da Comissão de Educação (CE) do Senado, Marcelo Castro (MDB-PI), anunciou que o colegiado deve aprovar amanhã a convocação do ministro. "Se isso aí não for tráfico de influência, eu acho que não existe tráfico de influência", disse. O requerimento, se de fato aprovado, obriga o ministro a comparecer, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade. "Se esse governo fosse sério, com a matéria que tem hoje [nos jornais], com a gravação, ele não seria

mais ministro", discursou o senador Omar Aziz (PSD-AM).

Parlamentares de partidos de oposição, como PT e PsoI, e até outros mais governistas, como PSDB e União Brasil, entraram com queixa-crime no Supremo Tribunal Federal (STF) e representações no Tribunal de Contas da União (TCU), Procuradoria-Geral da República (PGR) e Ministério Público Federal contra Bolsonaro, Ribeiro e os pastores.

Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), cobraram esclarecimentos do ministro. "Esse assunto eu penso que extrapola, se for o áudio como é, ele extrapola um pouco a atividade do ministro e da pasta", disse Lira, com a ressalva de que não ouviu a gravação, apenas comentários sobre o áudio. "Mas se tiver alguma coisa realmente que fuja do padrão do trabalho de um ministro e dos seus funcionários deve-se ter repercussão do Congresso com relação a esse fato."

Já Pacheco defendeu que o ministério precisa tratar todos de maneira "isonômica" e disse que é preciso "dar um crédito" a Ribeiro se defender antes de fazer juízo de valor. "Considero que é um caso a ser explicado. Ele precisa naturalmente ser explicado, esclarecido, demonstrar eventualmente que não há qualquer tipo de favorecimento", afirmou.

Integrantes da bancada evangélica se dividiram sobre o caso. Enquanto um grupo pressionou para que Ribeiro se explicasse, outra ala classifica como legíti-



Ribeiro: em nota, ministro nega favorecimento e intervenção de Bolsonaro

mo o atendimento prioritário àqueles que dão suporte ao governo. O grupo ligado ao atual presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), cobrou esclarecimentos e criticou a falta de representatividade dos pastores. Já outro, do ex-presidente da bancada, Cezinha da Madureira (PSD-SP), minimizou o episódio. Diante da divergência, Sóstenes deve fazer um pronunciamento hoje.

Bolsonaro discursou ontem a apoiadores no Tocantins, mas não comentou a denúncia no discurso e afirmou que não há casos de corrupção em seu governo. "Damos o melhor de si, buscamos atender a todos os brasileiros. Primeira coisa, zelando pelo dinheiro público. Estamos

há três anos e três meses sem corrupção no governo federal. Isso não é virtude, é obrigação", disse.

Ribeiro divulgou uma nota para negar que tenha beneficiado pastores e igrejas evangélicas, sem citar a gravação. "Diferentemente do que foi veiculado, a alocação de recursos federais ocorre seguindo a legislação orçamentária, bem como os critérios técnicos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE)", disse. Também negou qualquer ordem de Bolsonaro para priorizar os pastores. "Registro ainda que o Presidente da República não pediu atendimento preferencial a ninguém, solicitou apenas que pudesse receber todos que nos procurassem, inclusive as pessoas citadas na reportagem", disse.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

**Seção:** Política **Caderno:** A **Página:** 13